

HABEAS CORPUS Nº 548.159 - SP (2019/0354829-9)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
EDUARDO CIACCIA RODRIGUES CALDAS - SP349334
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MARCO AURELIO OLIVEIRA SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de MARCO AURELIO OLIVEIRA SANTOS em face de acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo, assim ementado (fl. 12):

AGRAVO EM EXECUÇÃO - PRÁTICA DE FALTA GRAVE -ABSOLVIÇÃO POR INSUFICIÊNCIA DE PROVAS-NÃO ACOLHIMENTO - Agravante que praticou novo delito no interior da unidade prisional - Não se pode negar valor aos depoimentos de agentes penitenciários quando os mesmos são essencialmente harmônicos e não se vislumbra nenhuma razão para incriminarem injustamente o ora agravante. Provas dos autos suficientes a demonstrar a participação do agravante na prática da falta disciplinar. Agravo não provido.

Consta dos autos que o Juiz das Execuções homologou a falta grave cometida pelo paciente em 21/3/2019, determinando a anotação desta em seu prontuário, a perda de 1/6 do tempo eventualmente remido até a data da falta disciplinar e o reinício do prazo de cumprimento da pena para fins de progressão.

Interposto agravo em execução penal, o Tribunal local negou-lhe provimento.

Daí o presente *writ*, em que a impetrante sustenta, em síntese, que não há provas de que o ato não teria sido praticado pelo paciente, mas sim por terceiro.

Nesse sentido requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para a cassação do acórdão, afastando-se o reconhecimento da falta grave indevidamente imputada ao paciente.

É o relatório.

DECIDO.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se evidente constrangimento ilegal.

Essa não é a situação presente, em que a pretensão de reforma do aresto combatido, que tratou de falta grave e sua autoria, é claramente satisfativa, melhor

Superior Tribunal de Justiça

cabendo seu exame no julgamento de mérito pelo colegiado, juiz natural da causa, assim inclusive garantindo-se a necessária segurança jurídica.

Ante o exposto, indefiro a liminar.

Solicitem-se informações.

Após, ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator